

JORNAL DO CASO *República*

6 DE JUNHO DE 1975 — N.º 4 — PREÇO: 2\$50

DIRECTOR: RAUL REGO — **REDACTORES:** ALBERTO ARONS DE CARVALHO/ALVARO GUERRA/ALVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BÉLARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/GREGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOÃO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FOYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

«NÓS, COMUNISTAS, PERGUNTAMOS: PODEM OS TIPOGRAFOS NOMEAR O DIRECTOR DE UM JORNAL?»

— Questão posta por Giancarlo Pajetta, Secretário do Comité Central do Partido Comunista Italiano, a propósito de «República».

Do «Nouvel Observateur» de 2 de Junho transcrevemos uma entrevista com o secretário do Comité Central do Partido Comunista Italiano, Giancarlo

Pajetta, sobre a situação em Portugal.

— Qual é a sua opinião acerca do Movimento das Forças Armadas?

— A nossa opinião sobre

a política do M.F.A. só pode ser positiva, na medida em que os militares acabaram com a guerra, abriram largas possibilidades democráticas e inauguraram uma política

de desanuiamento a nível internacional. Dito isto, pensamos que o desenvolvimento democrático em Portugal — que não pode ser alinhado entre os países do terceiro mundo — não é possível se não com a participação e o consenso das grandes massas. Segundo pensamos, este consenso e esta participação não são concebíveis fora dos partidos políticos e

da representação parlamentar.

— Que poderia assegurar o desenvolvimento democrático da sociedade portuguesa?

— A unidade, somente a unidade. As eleições de 25 de Abril revelaram uma larga maioria a favor dos partidos de esquerda. Claro que a prá-

(Conclui na pág. 2)

Há ou não há censura?

«A censura morreu, viva a censura» (?), poderíamos perguntar face ao silenciamento que a nossa Imprensa vem fazendo de certo tipo de informação considerado como «não oportuno» por correntes políticas que, neste momento, detêm a «tesoura» da decisão: publicar ou não publicar.

No que diz respeito ao «Caso República» a vontade de publicar tem sido tão ténue, que nos interrogamos se, efectivamente, essa indiferença aborrecida ou essa ignorância furiosa não representam, de facto, a institucionalização de uma nova forma de censura: a censura partidária do «esquecimento»...

O telegrama, distribuído pela agência France-Press e a todos os órgãos de comunicação social, que abaixo publicamos e cuja importância nacional — incómoda ou

(Continua na pág. 8)



Em vários pontos de Lisboa, tal como tem ocorrido no resto do País, foi possível assistir nos últimos dias a imagens idênticas à que reproduzimos nesta gravura. Sempre que surge alguém a vender o nosso jornal, logo se aglomeram no local muitas pessoas interessadas em adquiri-lo. E quase sempre o comprador deixa expressa, nessa ocasião, uma palavra amiga de solidariedade e de incitamento a prosseguirmos na luta por uma liberdade fundamental — a de expressão.

NEM RENDIDOS
NEM VENDIDOS

Ler na 3.ª pág.

APELO VEEMENTE: HAJA "DIGNIDADE"!

— assim traduz a sua revolta um dos inúmeros leitores e assinantes que de toda a parte se nos continuam a dirigir expressando solidariedade

O Povo está conosco. Prova-o. Diariamente. Através de donativos, de ajudas, de incitamentos e de mensagens. Mais que conosco, no entanto, o Povo português está com a luta que infelizmente se tornou necessário desenvolver para uma salvaguarda efectiva da liberdade de expressão. De todo o lado, provas continuam a chegar-nos. Não nos bastariam vários números do «Jornal do caso República» para reproduzir, mesmo em síntese, todas as mensagens recebidas. Mas queremos fazê-lo. Pouco a pouco. Ainda que demore.

De Lisboa, uma lista com os donativos de sessenta e quatro trabalhadores da Direcção de Finanças do Distrito de Lisboa (editado da Rua Braamcamp, 5). A lista é dirigida aos «trabalhadores jornalistas da República», e dela consta um apelo que é mensagem: «Se é contra a mais infamante das censuras, aquela que é exercida por trabalhadores contra trabalhadores, dá o teu apoio!»

Outra lista de donativos, subscrita por 38 trabalhadores da Olivetti Portuguesa, S.A.R.L., leitores da «República», diz: «Para que o Jornal do caso República continue a informar a verdade.»

De Lisboa: «Cumprimenta e expressa o seu incondicional apoio por esse Hon. Jornalista militante que é Raul Rego, com a certeza de que o teremos em breve novamente à frente dos destinos do velho baluarte que sempre tem sido a «República». Apoio ineffectivo.» João Ricardo Nunes Viente Gayoso de Penha Garcia.

Do Porto: «Assinante Jornal República protesta atitude trabalhadores servindo corrente politica contrária interesses leitores.»

De Murça: «Leitores de Murça repudiam mais esta tentativa assalto de locais de trabalho honestos e óptimos de informação por inimizades partidárias apenas interessadas manipular povo português para nova ditadura. Estamos solidários conosco e continua-

mos acreditar honesta informação transmitida por vosso Jornal. a) António Amorim, Mário Gonçalves, Abílio Pacheco, Carlos Gonçalves, José Oliveira, Nazaré Santos, Adosinda Fernandes, José Fernandes, Mário Amorim, António Breia e Manuel Morais».

De Ilhavo: «Exigimos Jornal República sob direcção Raul Rego. a) Partido Socialista Aveiro».

Do Porto: «Leitor República protesta energeticamente e repudia a atitude prepotente assumida perante director Raul Rego. Pedem-se medidas urgentes no sentido de dignificar órgão independente informação. a) Salvador Araújo Carneiro».

De Guimarães: «Na sua primeira reunião após incidentes jornal de que é digno director, núcleo Guimarães PPD representando militantes antifascistas desde sempre admiradores sua corajosa consequente luta defesa liberdades democraticas durante regime totalitário deposto 25 Abril 1974, manifesta sua inteira solidariedade com defesa livre tribuna informação que é a República. Nesta hora em que estão em jogo principios fundamentais independencia imprensa sem os quais se verá atraído espirito 25 Abril estamos com todos aqueles que neste lamentável caso denunciador de uma escalada de dominio partidário dos meios de comunicação, testemunham firme vontade de impedir uma clara inversão de valores principios democraticos. Um Portugal livre não pode prescindir dum baluarte da liberdade como foi sempre a República. Saudações democraticas. a) Comissão Concelhia de Guimarães do PPD».

De Aveiro: «Apoio incondicional director República. a) Um leitor».

De S. Mamede de Infesta, uma longa carta que só a exiguidade do espaço nos impede de publicar na totalidade: «Prezadíssimos redactores do «República»; prezadissimo Raul Rego; prezadissimo Vitor Direito; Liberdade: «Dirijo-me à Liberdade (leia-se «República») manifestando uma vez mais o meu incondicional apoio pela vossa luta, criativa, imaginio, desgastante, tenho a certeza, mas ao mesmo tempo luta apaixonante porque digna, a mais bela das lutas pela mais nobre e humana das causas pela qual pode lutar um jornalista: a Liberdade de expressão!»

«Constatando agora que o «República» vive ainda, tendo apenas trocado o seu futo, que sempre foi modesto, por outro ainda mais modesto sem que por isso menos digno, digo novamente «presente», aqui estou! Dias atrás, admitindo a consolidação do atentado pidesco à liberdade de expressão e aos meus direitos de assinante e leitor do «República», não fazia sentido e seria absurdo que me fosse imposto ler a prosa e o noticiário «independente, objectivo e noticiário» de um qualquer grupo ou senhor que, embora Belo, eu não tinha obrigação de aceitar como puro e isento ou talvez mesmo angelico, posto que onomasticamente formoso. Mau grado o dinheiro que, na minha qualidade de assinante, deste modo me seria abusivamente extorquido.

«Eu faço questão que se saiba que vivo do meu trabalho. Eu sou trabalhador. E faço questão que se saiba que nasci em Portugal. Que faço parte do povo trabalhador do meu país. E exijo que não me imponham uma filiação partidária para «ser povo». E exijo que me deixem ler o jornal que

mais me agrada e que paguei antecipadamente, assinando-o. E porque o paguemos reclamo o que quero, porque me pertence também, a mim, trabalhador português. Se paguei antecipadamente «lebre» é porque gosto de lebre, protesto se em troca me querem servir gato. Protesto!

«Sou e sempre fui trabalhador. E queria mais que se soubesse que sou professor, que trabalho, que não tenho propriedades em que explore mais-valias produzidas seja por quem for. Nem sequer faço negócios, seja a título regular ou accidental. Se, para alguns, trabalhador é só aquele que trabalha com os braços, a esses responderei que também eu trabalho com os braços e se imaginam se eu, quando escrevo o meu país, sou mais senhores, se o único atestado do trabalhador é ter calos nas mãos, até isso tenho também, nos dedos... de escrever. Sim senhor. Não acredito! É que não disponho, quando escrevo, de uma secretária ou ajudante para os serviços mais pesados. Não me posso dar ao luxo, como outros mais felizes, quando trabalho, de gritar se me convém: «oh moço, chega cá a escada!»

A finalizar: «Bem hajam, pois, todos pela vossa luta. E, se algum alento vos podem levar as minhas palavras, daqui vos exorto e aplaudo pela coragem, determinação e inteligência tão indomavelmente afirmadas. Gostaria de tornar-vos cientes que, desde a revoltante e negra noite que vivestes em Lisboa, no meu campo de acção, tomando a vossa coragem por modelo, aqui e na cidade do Porto, desde essa hora, por todos os meios ao meu alcance me bati, me bato e continuarei a bater não direi com a mesma inteligência e coragem mas, isso sim, com igual determinação, pela vossa causa, que é a minha, que é a nossa, a de todos os portugueses que não abdicam de ser livres.» a) F. Sériot Barbosa.

De Melres: «Como assinante jornal República há longos anos tendo cotizado para o mesmo, viva repulsa manobras já conhecidas. Apoio incondicional Direcção do mesmo. Viva a liberdade. Abaixo o sectarismo. a) Abílio José Moreira Ribeiro de Bessa»

De Freamunde: «Como assinante e leitor durante vários anos Jornal República cuja luta antifascista todos conhecem graças tempera Raul Rego, apresento completa solidariedade sua continuação lugar director, único garante contro liberdade sempre adoptado. a) Vitorino Ribeiro».

ESCRITORES PORTUGUESES

Conforme já noticiamos, entre os milhares (não é exagero) de mensagens de apoio até hoje por nós recebidas, figura um telegrama assinado por conhecidos escritores portugueses. O texto desse telegrama, que hoje repetimos por ter saído deturpado no nosso número anterior, é o seguinte: «Toda nossa solidariedade defesa liberdade de expressão de pensamentos.»

Assinam o telegrama Fausto Lopo de Carvalho, Fernando Namora, João José Cochofel, José Augusto França, J. Pala e Carmo, Manuel Rodrigues Lapa, Mário Dionísio, Marta Cristina de Araújo, Matilde Rosa Araújo, Miguel Torga, Paulo Quintela e Sofia de Melo Brayner.

O Conceito de Liberdade em Raul Proença

«Amar os nossos inimigos — o pensamento dos nossos inimigos e a crítica dos nossos inimigos — é o verdadeiro sinal do espirito combativo. Que importa que eles me guardem ressentimento e rancor? Eu preciso deles como do ar que respiro, eu agradeço-lhes o contribuírem para a clarificação das minhas ideias e para a fortificação dos meus motivos de viver; eu afirmo-lhes, para além de todas as minhas disputas, a minha fraternidade e a minha fidelidade de inimigo.» — R. P.

Este texto dá a justa medida da personalidade de Raul Proença e marca um dos períodos mais importantes da sua obra literária.

O combate ao integralismo lusitano e depois os Panfletos contra a Ditadura Militar, que o empurraram para fora do País, nos conceitos de 1927, evidenciam o fulgor ardente e caustico do espirito de Raul Proença, assinando-o como um dos maiores planifetários de Portugal.

Raul Proença passou na vida como um meteoro. No exílio a fazer traduções para sustentar a família, e na doença conturbado pelo sofrimento, o escritor e homem exemplar, terminaria os seus dias, emudecido que estava já há muito tempo, olvidado dos homens e do mundo.

Bem se pode dizer que Raul Proença morreu duas vezes. A morte física e a morte moral.

Para além do de um Joel Serrão que em «Temas Oitocentistas» evoca o filósofo «em que o tom de Nietzsche se exerceu no sentido do porvir». De um Sant'Ana Dionísio, seu companheiro num dos volumes do Guia — Livro do Amor e Devocão de Portugal já na trajectória do colapso mental que o atingiu. De um «Sarmiento Beiras»: Raul Proença foi uma daquelas figuras que a memória fixa para sempre, na aureola da sua verticalidade e da sua intolerância para com os «batráquios» e desonestidades. De um Manuel Mendes: «Ele (R.F.) foi na ardente e fraterna comunhão das ideias, como a consciência da nossa própria consciência de homens e de cidadãos». Poucos mais (e dentre estes, Rodrigues Miguéis, Piteira Santos, Sequeira Zilhão, O. J. Fernandes, Alvaro Salelana), poucos mais, dizíamos, se desbrucaram no estudo daquele que nada mais quis ser senão «o mais humilde professor da moralidade de consciência».

Este foi o homem que morreu fez agora precisamente, no dia 20 de Maio, trinta e quatro anos.

Se quisérem prestar-lhe a homenagem que merece, deem o nome a uma biblioteca, a uma escola, a um liceu. Olhem: a Casa de Cultura em que acabam de transformar (e ainda bem!) o antigo Casino das Caldas.

«Casa de Cultura de Raul Proença. Até sua bem.»

«Delixemos as estatuas aos medievos que precisam delas, para serem esquecidos com pompa.»

Estas palavras são de José Gomes Ferreira, respigadas de uma das suas habituais crónicas na página literária do «Diário de Notícias».

Nas sombras que se projectam no horizonte da informação em Portugal parece-me oportuno aqui, nesta hora, no «Jornal do Caso República», evocar quem tanto amou a liberdade, a livre expressão do pensamento e que fez do diálogo um gládio para fustigar os batráquios e desonestidades.

A. M. M.

A opinião do Secretário do Comité do Partido Comunista Italiano

(Conclusão da 1.ª página)

tica da unidade não é fácil entre eles, mas é necessária. Deve basear-se no respeito pela autonomia, pela independência de cada partido e pelo direito a exprimir-se como entenda — que os partidos entrem em polémica, discutam, está muito certo, mas cada um deles deve considerar que o outro representa forças reais, avaliáveis pelo número dos adeptos, pelas percentagens eleitorais. Por mim, não vejo outro critério.

— Poderá dizer-se que, afirmando publicamente o seu desacordo, o P.C.I. interveio nos assuntos do P. C. português, segundo afirmação de Georges Marchais?

— Nós exprimimos dúvidas e discordâncias de cada vez que foram tomadas decisões administrativas passan-

do sobre os partidos políticos: a instauração de uma central sindical única, a proibição feita a certos partidos de se apresentarem às eleições, o assalto a um jornal socialista. Se julgámos necessário dar a nossa opinião, é porque decisões deste género têm repercussões noutros países... Penso que, aqui, em Itália, temos o direito de pedir contas sobre o que se passa em Portugal, temos o direito de nos perguntarmos, nós os comunistas, se estamos dispostos a aceitar que tipógrafos decidam quem há-de ser director de um jornal. No que diz respeito às declarações de Marchais, poderei responder que as suas declarações constituem precisamente uma ingerência nos assuntos do P. C. italiano... Mas acho natural que ele exprima o seu pensamento como entender...

A LINGUAGEM INFANTIL

Aqui há meses foram visitar as instalações da «República». Ficaram nossos amigos e, como os amigos vão para as ocasiões, apresentaram-se agora a escrever-nos. São nada menos de dezasseis cartas, algumas delas ilustradas, escritas por alunos da 2.ª classe de «A Minha Escola», de Paço de Arcos. Todas elas, na sua espontânea linguagem infantil, são comentários e documentos que nos incitam a prosseguir na luta pela liberdade de expressão. Assim faremos, quanto mais não seja para fortalecer a esperança destes jovens num futuro verdadeiramente livre.

Aqui fica o nosso obrigado ao Miguel Pedro, Miguel Dimas, Pedro Luis, Rui, Miguel Eduardo, Paula, Sofia, Margarida, Maria João, Pedro Miguel, Catarina, Gonçalo Nuno, Paula Baelel, Rui Aquilino, Alexandra, Jorge e Rita Maria.

NEM RENDIDOS NEM VENDIDOS

O caso da «República» vem, de uma vez por todas, mostrar claramente quem está disposto a combater por uma imprensa livre em Portugal. Os jornalistas, que durante o fascismo souberam conduzir esse combate, continuam agora na sua vanguarda. As forças que os apoiam são também, em geral, as mesmas que antes de 25 de Abril se batiam já contra a censura, contra o monolitismo, contra os burocratas do pensamento, contra os fascismos mais ou menos sociais. Os outros, os que apenas se afiliam com a censura fascista aos seus próprios artigos e não com o carácter **fascista da censura** em geral — como se o fim do fascismo fosse, por si só, a solução —, continuarão presos ao seu medo da crítica, ao terror que lhes inspirou sempre a luta ideológica, ao receio que sentem diante dos que pensam pela própria cabeça.

Mas esta luta, que as forças antifascistas e anticapitalistas travaram durante décadas até à vitória da revolução democrática em Abril de 74 (e, já depois desta, contra as peias ainda impostas pelos spinoletas e outros), saldou-se por uma imprensa que, apesar de muitas falhas, chegou a ser uma das mais livres do mundo. Essa foi uma das principais conquistas do povo português e, portanto, terá de ser um ponto de honra do Movimento das Forças Armadas. E se, hoje, se notam já recuos em vários sectores, se se começam a desmascarar os que pretendem transformar os jornalistas em burocratas, se alguns jornais oscilam entre o estilo de boletim oficioso e a propaganda mais tendenciosa e demagógica, procurando ocultar os problemas reais e evitando cuidadosamente qualquer debate, chamando a tudo isso «apartidarismo»... então é necessário que essa conquista popular seja defendida, como garantia fundamental de que o processo revolucionário continuará, como até aqui, a desenvolver-se no quadro da democracia política, em que todas as correntes progressistas se podem expressar.

É evidente que, contra isto, existem fortes obstáculos. Tanto os saudosistas do antigo regime, os que desejam um novo Chile, como os que, não o desejando, vão criando para ele as condições objectivas através das manobras dentro do aparelho de Estado, do assalto aos meios de informação, do dirigismo que pretendem impor com exclusão de amplos sectores cuja participação no processo revolucionário é necessário — originando, assim, confrontações perigosas, desconfiança e desgaste nas forças que, uma vez mais, demonstram ser incapazes de conduzir contra o inimigo principal. Aprovegando, por um lado, estar empenhados numa batalha pela produção, fomentam ou apoiam lutas aventureiristas que com ela nada têm que ver, aproveitando-as, porém, através dos postos que controlam na informação, para camuflar a sua impotência no plano da economia e para distrair a atenção do povo dos factos tão graves como os ocorridos na Comissão de Extinção da P.I.D.E./D.G.S., as repetidas fugas de ex-pides, os acontecimentos em Angola ou os relacionados com o M.R.P.P.

Os que caluniaram o movimento de Maio de 1968, os que aplaudiram a repressão sobre o movimento de massas em Praga, no mesmo ano, os que enviaram escritores para o exílio ou para campos de concentração em lugar de fazer uma revolução cultural, estarão contra nós, e ainda bem. Os burocratas, os que apenas anseiam vergar-se ante novos czares ou novos mandarins, resistirão desesperadamente antes de entrar no receptáculo de lixo que a História reserva a todos os que não a entendem. Os que já tinham medo no tempo do fascismo continuarão, provavelmente, a recear tomar parte na luta. Os fascistas procurarão deturpá-la a fim de prosseguir o seu trabalho de sabotagem e divisão. Os jdanovistas debitarão de novo as suas ridículas sentenças, que nada valem se não são apoiadas por uma polícia política. Mas, tal como no fado, o seu destino está traçado.

Porquê a imprensa livre também é uma força poderosa. O povo português e o M. F. A. terão, mais uma vez, de chamar a si esta batalha que não pertence, que nunca pertenceu, a um punhado de jornalistas, ainda que se trate dos de um jornal como a «República». Então, também no campo da informação e da cultura a Revolução portuguesa continuará a ser, entre todas, exemplar. E essa tarefa está ainda no princípio. Os trabalhadores intelectuais, como recomendava o Primeiro-Ministro no recente Congresso dos Escritores, terão uma tarefa. Essa tarefa terá de definir-se, terá de organizar-se. Mas terá de ser livre.

As solidariedades que diariamente se descobrem, o apoio recebido de comunistas, de socialistas, de antifascistas, de inúmeros leitores, mostram-nos que quem luta pelas liberdades democráticas, com determinação e coragem, numa perspectiva internacionalista, nunca está verdadeiramente só. Que todos se levantem contra os que tentam uma vez mais iludir o povo fornecendo-lhe um novo conformismo. A luta que se trava é uma luta mundial. Não estamos dispostos a perdê-la.

F. B. F.

Aos camaradas de ontem

«República» não foi sempre uma voz livre — que o diga Raul Rego — mas foi sempre uma voz insubmissa. Porque, mesmo nos piores dias do fascismo, quando o que sobrevivia desse velho jornal era esquarterado pelos censores, o leitor sabia que as escassas e, por vezes, anódinas palavras poupadas eram o símbolo das muitas outras que era proibido dizer. O simples título do jornal era por si um grito, uma revolta, a surdina, a raiva e o protesto, sem mesmo ser preciso ler mais nada. Apregoar «República» era um acto de coragem, comprá-lo ou assiná-lo era um gesto cívico. Ser trabalhador dessa casa era quase uma posição política, escrever nas suas colunas era já um desafio ao poder. Quem viveu essa época sabe que não há aqui exagero. Era o que nós sentíamos.

É por isso que «República» tem alguns inimigos, mas é por isso, também, que tem tantos amigos. E, finalmente, que tem ainda tantos «amigos da onça» que procuram aproveitar-se do seu prestígio entre vastas camadas do povo trabalhador, entre os antifascistas, para tentar vender outras receitas de que a experiência histórica (e profissional) nos mostrou já os resultados. «República», jornal nunca isento de defeitos, mas quase sempre consciente deles e, sobretudo,

do, isento na pedagogia do seu inconformismo, lutando sempre com a insuficiência de meios, jamais se sujeitando a pressões, sempre incómodo, sempre militante, «República», a voz escrita da liberdade, era naturalmente o jornal a abater.

A fidelidade que queremos para «República» é, acima de tudo, a fidelidade ao futuro, ou seja, a um jornal cada vez mais digno do povo português, que cada vez exigirá mais do nosso esforço, da nossa independência e do nosso profissionalismo. Se o jornal não tivesse mudado, teria ainda os quatro mil leitores que teve em tempos, o que significa que já não existiria. Mas uma coisa, entre outras, nos ficou do passado: o respeito pelos que nos leem. Não procuramos mudar de clientela ao sabor da mudança dos padrões e seus gostos. Não precisamos de nos pôr à moda, não tivemos nada para sanear, nunca necessitámos de passar (ou de continuar) a adular o poder pelo facto de agora ele ser democrático.

Nós, na «República», não pretendemos ser «bons meninos». A democracia não tem nada que ver com vénias. A informação não se dá bem com a razão de Estado. O jornalista não é burocrata. O povo não pode ser tratado como menor nem quer ser vacinado pela censura.

Quem é revolucionário?

Quem é e quem não é revolucionário? Essa é uma das muitas interrogações que, nos últimos dias, têm estado presentes no meu espírito. E, até agora, confesso, ainda não encontrei uma resposta capaz. Principalmente porque vejo muita gente (felizmente não tanta como alguns dizem) e variada (menos variada do que querem fazer supor) interessada em impingir, aos mais atilados, que ser revolucionário é desrespeitar a lei, ser revolucionário é impor a sua vontade, ser revolucionário é, sem mais contemplações, querer um Deus para eles e um diabo para os outros — tal é qual como os «revolucionários» pós-28 de Maio, que impuseram a sua — e só sua — lei durante meio século. Tal como eu, vejo muita gente, muita e boa gente confundida, incapaz de atinar com a resposta à pergunta formulada: quem é e quem não é revolucionário? Ora, a meu ver, só será possível à resposta quando tivermos uma definição correcta de revolucionário, no contexto actual do panorama português. É pois urgente saber se ser revolucionário é portar-se como macaco em guarda-loiça ou se, pelo contrário, é fazer esforços no sentido de procurar aumentar a loiça e arrumá-la convenientemente, para que todos os futuros utentes a ela possam ter acesso ordenado e proveitoso. Quem lucra em partir os poucos pratos que nos restam? Certamente só aqueles que estão interessados em fazer-nos comer de um mesmo alguidar, no qual só meterão a colher quem eles muito bem entendam. Tal é qual como no tempo em que as sementes eram confecionadas pela genérica marcelo-salazarista. E lá vem outra pergunta sem resposta fácil: foi para isto que lutámos durante quarenta e oito anos?

V. D.

Carta aberta a Raul Rego

É da autoria do escritor Mário Braga, e foi publicada no «Diário de Coimbra», a «carta aberta» ao nosso director, Raul Rego, que a seguir transcrevemos na íntegra, pela lúcida análise da situação da imprensa portuguesa e, mais genericamente, do panorama político do país, que ela encerra:

«Meu caro Amigo:

Face às alterosas vagas político-jornalísticas que o «caso República» ergueu no mar já tão pouco sereno da sociedade portuguesa — onde vão naufragando as esperanças de uma unidade democrática que tanto nos empolgou, de cravo vermelho na lapela, no dia 1 de Maio de 1974, — talvez o mais cómodo para mim fosse continuar hibernando neste letárgico silêncio coimbrão. Um silêncio, aliás, para o qual já fomos remetidos há muito pela escassez de oportunidades de comunicação que a «grande» imprensa portuguesa propicia aos intelectuais que não patinham avidamente, à caça de prestígios falazes ou do bife quotidiano, no charco lisboeta das falsas querelas doutrinárias, enfeudados a grupos de pressão.

É que, diga-se de passagem, a tradicional macrocefalia lusitana, mesmo no domínio da cultura, continua, talvez mais do que nunca a ser uma malformação congénita do nosso velho corpo social. Fenómeno teratológico esse, agora, ainda por cima, perigosamente exacerbado pelo oportunismo dos que utilizam a capa dos partidos políticos, sobretudo de alguns, quer para ocultar as antigas incoerências, virando à pressa as casacas coçadas, quer para conquistarem a todo o vapor um lugarzinho

confortável na Feira das Valdeades literárias ou para se furtarem aos malefícios do «saneamento».

A verdade, porém, meu caro Raul Rego (e ponhamos de lado essas fraquezas humanas que nada têm a ver consigo) é que — mau grado as nossas possíveis divergências ideológicas —, a violência física e mental de que você e os seus camaradas de Redacção da «República» acabam de ser vítimas acordou em mim um irreprimível ímpeto de lhe manifestar publicamente a minha profunda solidariedade nesta hora tão grave, e por certo dolorosa, da sua vida de jornalista independente e de indefectível democrata.

Poucos homens de letras foram, como você, tão coerentes, tão pertinentes e até tão humildes, no desproporcionado combate que meia dúzia de intelectuais — isolados tanto das elites, como das grandes massas populares — travaram, através do livro, do jornal e do magistério, em prol da liberdade de pensamento e da vitória do ideal socialista, contra os malefícios do fascismo.

É por isso que não consigo calar agora a minha indignação ao saber da afronta que, na sua pessoa, acaba de ser feita a todos os homens de letras portugueses que combateram a intolerância ideológica e defenderam os di-

reitos dos cidadãos. Mas, para além da repulsa que tal atentado deve provocar em qualquer intelectual honesto, para além do facto de o estimar há muitos anos, para além, ainda, de ser um seu velho companheiro das lutas contra a ditadura salazarista — sim, para além de tudo isso (o que já seria muito), há ainda uma coisa que me torna particularmente sensível à espantosa injustiça de que está sendo vítima.

Trata-se do seguinte, que recordo, não a si, movido por quaisquer intuítos de afirmação pessoal, mas sim à grande maioria dos distraídos, e tendo apenas em conta aquilo que o «caso» acontecido comigo possa oferecer de exemplar.

Durante o longo túnel de obscurantismo e de perseguição política, que Salazar impôs ao povo português, no campo de batalha — talvez dos mais duros — da informação e da cultura, apenas três publicações periódicas lograram resistir, doutrinariamente incólumes, à impiedosa vigilância da PIDE e às mutilações da censura: o jornal «República» e as revistas «Seara Nova» e «Vértice».

Enquanto você, inabalável nas convicções e nas atitudes, se manteve alguns anos à frente do primeiro, sofrendo os «safanões a tempo» e até o vexame da prisão, eu — praticamente sozinho — lá fui aagentando a última, como editor e secretário de Redacção, da qual, aliás, era o único redactor, e isto durante os tempos mais difíceis da repressão fascista, a lutar, dia-a-dia, para manter a revista tal como a recebera dos camaradas ausentes, de forma a que estes a encontrassem na mesma linha de rumo quando regressassem do isolamento a que, por comodismo ou receio, se haviam remetido.

O seu Gólgota, caro amigo (não aquele que os esbirros do ditador nos queriam obrigar a subir, pois com esse contávamos nós a cada instante), só chegou agora, e o martírio (mais doloroso por isso) é-lhe imposto precisamente por alguns daqueles cujos direitos você, contra tudo e todos, sempre abnegadamente defendeu. A minha crucificação, aliás por motivos semelhantes aos seus, e imposta pela mão de camaradas que me haviam abandonado com a cruz da revista às costas, durante os anos mais perigosos da «caça às bruxas», essa já aconteceu há anos, mas só após a cínica «abertura» marcelista ter atenuado o risco de se dar o nome e a pena a uma publicação que sempre se recusara a dobrar a cerviz aos ditames do Palácio Foz. Por isso, meu caro Raul Rego, talvez melhor do que

ninguém esteja em condições de sentir na carne e no espírito, a indignada surpresa, direi mesmo a atónita angústia (que aliás se lhe espelhou no rosto e nas palavras: «Isto nem Salazar e Caetano se atreveram a fazer-me», durante os fugazes instantes em que o deixaram aparecer na Televisão) que deve ter sentido em face do insólito ataque que pretenderam fazer à sua pessoa. A obra de toda a sua vida.

Ainda bem que um punhado de camaradas cerrou fileiras à sua volta, nessa abscura noite de 19 para 20 de Maio, ajudando-o a manter bem erguido o estandarte da liberdade de pensamento, por entre o acéfalo bramido das agressões ideológicas. Claro está que nenhum dos

seus companheiros de martírio pertence ao número daqueles que continuam, depois do dia 25 de Abril de 1974, a ditar as mesmas leis, paradoxalmente nos mesmos jornais, agora nacionalizados, mas que antes disto perenciam a esses bancos e grupos monopolistas que hoje, com tanto fragor, atacam nos seus escritos.

Que, apesar do cansaço e da desilusão, o ânimo se lhe não vergue sob o peso das injustiças, continuando firme na defesa daquele ideal democrático e daquela unidade anti-fascista que ambos, durante tantos anos, procuraram sustentar, é quanto deseja ao Raul Rego o antigo admirador que, deste exílio coimbrão, lhe manda um grande abraço de amizade.»

Algumas observações sobre a recente regulamentação da censura prussiana

— como Marx criticou as instruções sobre censura do Governo da Prússia publicadas em 1841.

Exige-se que os redactores da imprensa diária, ou seja, os jornalistas, sejam homens absolutamente irrepreensíveis. Como primeira garantia dessa integridade, cita-se «a capacidade intelectual». Mas não parece ter-se nenhuma dúvida sobre a capacidade intelectual do censor para formular um juízo sobre todas as espécies possíveis de capacidades intelectuais. Se existe na Prússia uma tal coorte de génios universais conhecidos do Governo — qualquer cidade tem pelo menos um censor —, por que motivos esses seres enciclopédicos não fazem literatura? Em lugar de recorrer à censura para pôr termo aos erros da imprensa, esses funcionários, todo poderosos pelo número, mais poderosos ainda pelo saber e pelo génio, não teriam senão de se lançar com um único impulso para esmagar com o seu peso esses míseros escritores que não praticam senão um único género, e o fazem até sem que a sua capacidade tenha sido oficialmente verificada. Porque mantêm eles o silêncio, esses espertalhões que, a exemplo dos gansos romanos, poderiam, com o seu granar, salvar o Capitólio? São de uma discricção exagerada. O público literário ignora-os, porém o Governo conhece-os.

Mas se esses homens são já homens tais que nenhum Estado os conseguiu encontrar, porque jamais um Estado conheceu classes inteiras unicamente compostas por génios universais e por pol-historiadores, qual não será o génio dos que escolhem tais homens? Qual não deverá ser a sua ciência infusa, para que a funcionários desconhecidos na república das letras eles possam passar um certificado atestando a capacidade universal desses funcionários? Quanto mais ascendemos nesta burocracia da inteligência, tanto mais encontramos cabeças maravilhosas. Um Estado que possui tais «colunas» para uma imprensa perfeita estará realmente pago pelo seu esforço, e agirá como deve, quando instituir esses homens guardiões de uma imprensa defeituosa, e sobrevaloriza a perfeição até dela fazer o meio da imperfeição?

Cada vez que nomeais um censor, tirais à imprensa uma oportunidade de emenda. Privais o vosso exército de homens bem parecidos, para fazer deles médicos de pessoas ordinárias. Imítai Pompeu, batei no solo com o pé, e de todo o edifício oficial jorrará uma Palas Atenia armada dos pés à cabeça. Diante da imprensa oficial, a pobre imprensa quotidiana reentrará no nada. A existência da luz basta para repetir as trevas. Fazei brilhar a vossa luz e não ocultéis a Verdade. Em lugar de uma censura defeituosa, cujo valor vos parece, a vós mesmos, problemático, dai-nos uma imprensa perfeita que não teréis senão que comandar, e de que o Estado chinês nos fornece o modelo há muitos séculos.

KARL MARX, «Observações sobre a recente regulamentação da censura prussiana» (1843).

O ARTIGO DE FUNDO DA «GAZETA DO SUL»

Com o título «Qual País?», o semanário «Gazeta do Sul», pela pena brilhante do seu habitual colaborador Rogêa Barbosa, faz, em artigo de fundo, uma lúcida exposição do actual panorama político português. No seu artigo, o conhecido médico do Montijo, refere, a propósito, o «Caso República» dizendo concretamente: «Se neste país, um ano depois do 25 de Abril, acontece que um jornal como a «República» tem que ser composto e impresso em quase semi-clandestinidade, passa-se algo de muito grave.

Os portugueses, a grande massa maioritária que votou pela liberdade e pela cida-

dania plena, têm de se erguer como um só, levantar a voz com dignidade e segurança e dizer — Não!

Diz mais o Dr. Rocha Barbosa:

«Não ao cerceamento e ao boicote da liberdade dos cidadãos.

Não ao medo.

Não ao terror, seja sob que forma.

Não a qualquer espécie de ditadura.

Não a qualquer espécie de manipulação.

Não a qualquer espécie de mistificação.

Não a qualquer espécie de dogmatismo, estéril e atentório da maioria cívica dos cidadãos.»

Escritores portugueses colocam os redactores do jornal "República" na vanguarda da verdadeira revolução

Sete escritores portugueses, todos eles nomes grandes do nosso meio literário e incontestáveis lutadores antifascistas, depõem acerca do «caso República». Aqui ficam os seus depoimentos.

Durante quase meio-século os escritores antifascistas portugueses tiveram a amordaçá-los a Comissão de Censura e os serviços de apreensão de obras da Pide-DGS. Esta monstruosidade teve entre nós existência até ao 25 de Abril de 1974.

O caso do jornal «República» pode e deve alertar os escritores portugueses para a possibilidade de vir a instituir-se nova (?) monstruosidade. E digo «nova», com ponto de interrogação, ressaltador do oxalá de um engano, porque enquanto no regime fascista o escritor que se propunha a arriscar a cabeça ainda tinha a possibilidade de editar, que mais não fosse a expensas suas, obras contra ou à margem do regime agora extinto, esse mesmo escritor assiste hoje, depois do 25 de Abril, à viabilidade de uma reposição de Censura e respectivos serviços policiais montados não já por cães-policiais organizados em instituições repressivas e reconhecidas como tal, mas nas próprias tipografias, pelos próprios tipógrafos, erigidos contra jornalistas (que o mesmo é dizer escritores) a quem es-pantosamente reconhecem irrepreensível passado antifascista.

Isto é de pôr a caneta em pé a todo o antifascista que escrevendo (hoje) seja o que for, contra ou a favor seja de quem for, não pode deixar de encara-los a hipótese de vir a encontrar na oficina de composição reflexo imediato, mas muito mal aplicado e entendido, do salutar antagonismo dos partidos. Então o texto escrito não sai mesmo, porquanto entre os aspectos negativos desta Revolução avulta desgraçadamente o liberalismo que respeita (nem sempre) a liberdade ou a integridade física das pessoas, mas só para lhes sumir o mais possível as obras, quando não são de jaez a agradar por inteiro a este ou àquele grupo de opiníões.

Note-se que a liberdade, que um tipógrafo pode assumir, de «não compôr», acho-a eu também muitíssimo estimável. O que não pode ou não deve é colidir com o direito à liberdade de expressão — e muito menos arrogar-se o direito de expulsão — de homens como Raul Régio e como os redactores do «República», homens de muito antes do 25 de Abril, que decididamente nunca alinharam com a política de força e do facto consumado, política que bem perigosamente se parece (não coincide, sabe-se) com a da reacção que continua à solta neste país.

Daqui o meu abraço e o meu incondicional apoio aos escritores antifascistas que são a direcção e a redacção do «República», como a todos os esforços tendentes a fazer reaparecer o vosso jornal no mais breve prazo.

MÁRIO CESARINY

vingar o controlo ideológico dos trabalhadores por sua vez controlados por uma força política que quer monopolizar a Imprensa uniformizando-a no veículo da sua doutrina e dos seus interesses. O que está em causa é excessivamente permissivo para que se considere empolamento o relevo dado ao caso República. É um teste da capacidade desta tão abalada democracia para expulsar as toxinas dialécticas que lhe estão a minar o organismo.

NATÁLIA CORREIA

Depoño em favor dos redactores da República porque a luta dos redactores da República é contra a censura, é contra o que desejam manipular a Liberdade, é contra os que disfarçam o sectarismo e o oportunismo em pretensos conflitos de trabalho. E contra os que colocam o dogmatismo acima do livre exame. O escritor deve defender a liberdade de expressão. Se o escritor pactua com qualquer dogmatismo, avilta-se no servilismo a todas as formas catequéticas do oportunismo ideológico. Optando pela Liberdade, os redactores da República colocaram-se na vanguarda da verdadeira Revolução.

JOÃO PALMA-FERREIRA

Julgo que neste momento, só mentindo a si próprio, só desvirtuando o seu verdadeiro papel na sociedade, o escritor português pode, de alguma forma, não estar ao lado de Raul Régio e dos redactores da «República», na sua luta pela liberdade de expressão. Bater-se contra a censura, camuflada ou não, venha ela de onde vier, tenha ela a cor que tiver, é o seu dever, pois é da sua dignidade de homem e de intelectual que se trata. Sempre ao longo do tempo foi essa a sua batalha, foi essa a sua revolução, mesmo quando isso implicou o sofrimento e a humilhação. No caso «República», nenhum escritor português se pode alhear e não agir em defesa dos seus companheiros. Esse crime nunca lhe será perdoado. Está em jogo a sua própria sobrevivência como intelectual que se quer livre. O povo tem olhos nele e saberá julgá-lo.

ROGÉRIO DE FREITAS

bateram anos e anos a intolerância do regime salazarista, resistindo à impiedosa vigilância da Pide e às mutilações da Censura.

Só respeitando-se a liberdade alheia (neste caso a de Raul Régio e a dos seus companheiros de luta) poderemos edificar, por via democrática, esse Portugal socialista por que, através, quer das nossas obras, quer das nossas atitudes cívicas, sempre pugnámos.

MÁRIO BRAGA

O meu apoio incondicional e homenagem emocionada ao aprumo e coragem dos bravos camaradas que redigem o «República». A sua luta de integridade, denodo profissional e generosidade sem limites, é a luta ri-gorosa e intransigente pelas liberdades totais de expressão e informação que devem mobilizar todos os quantos fazem da cultura e do esclarecimento público os veículos líderes da democracia.

Saúdo, particular e simbolicamente essa figura exemplar e inextinguível de cidadão e homem livre, que é o nosso grande e querido português Raul Régio. Pelos jornalistas do «República» e pela sua (nossa) liberdade de trabalho, a mão que escreve do sempre vosso camarada,

DÓRDIO GUIMARÃES

O chamado «Caso República» tem uma importância bem maior do que querem dar a entender certas personalidades e certos órgãos da Informação.

Não encara o «Caso República» na sua significação conjuntural é esquecer tudo o que se entende por «interacção» — como frequentemente fazem os falsos marxistas deste país.

O «Caso República» é apenas um fenómeno na cadeia de fenómenos tendentes à criação duma «unicidade» artificial. Se repararmos na maneira como os agitadores de certas organizações usam continuamente palavras como «união», «unitário», «unidade», facilmente compreenderemos que uma mentalidade análoga à da «união nacional» veio acoltar-se em alguns sectores outrora antifascistas.

A distorção do Marxismo, a divulgação viciada do Materialismo Dialéctico, a falta de escrupulos de certos mentores, a impreparação doutrinária de alguns aderentes, a pressa em limpar alguma nódoa do passado — tudo isso, numa mistura de ignorância e má-fé, vem confluir na ambiguidade com que hoje em dia se emprega a palavra

«trabalhadores». Deveríamos apelar para todos os trabalhadores no sentido de apurarem qual o lugar de cada trabalhador na produção colectiva, a da Informação incluída. Caso contrário, continuaremos na barafunda e só a destruição ganhará com isso.

Quem comandou toda esta manobra contra a «República» estava ciente que este jornal era uma voz capaz de protestar contra qualquer «partido único». O que está em jogo, no «Caso República», é talvez a derradeira oportunidade de não aceitarmos a tutela mental e moral de quem não tem argumentos para nos dirigir. De quem só conhece a lei do mais forte.

Que alguns trabalhadores se deixem lançar contra a «República» constitui um sintoma alarmante do grau de manipulação a que chegámos. Esqueçam esses trabalhadores que, depois de utilizados contra um jornal como a «República», mais dia menos dia não restará um jornal que defenda os direitos desses mesmos trabalhadores. Porque tudo terá de ser perfeito, mesmo quando injusto — como aconteceu durante 48 anos! — a partir do instante em que o Poder dominar totalmente a Informação.

JOSE MARTINS GARCIA

A «IMPARCIALIDADE» DE «O SÉCULO»

A edição de «O Século» de 4 do corrente publicou uma «nota» oriunda do Ministério do Trabalho que entendeu divulgar um comunicado de apoio da «Comissão de Trabalhadores das Artes Gráficas» à «luta dos seus colegas (trabalhadores gráficos) da «República».

Achamos muito bem que o Ministério do Trabalho veicule o apoio e que «O Século» o divulgue.

Para tudo estar bem, seria bonito que «O Século» divulgasse igualmente os apoios que nós temos recebido de todos os pontos do país e do estrangeiro, a não ser que, dado o número dessas mensagens, se levantem problemas de espaço...

«O AMORDAÇAR DO JORNAL «REPÚBLICA» CRIOU NA EUROPA UMA ESPÉCIE DE ESTUPEFAÇÃO GENERALIZADA»

— declarou o deputado Medeiros Ferreira

Em entrevista concedida ao «Jornal Novo», o deputado socialista Medeiros Ferreira pronunciou-se sobre o problema da «República» e suas consequências. Sublinhamos a seguinte passagem:

«É facto que acontecimentos como a imposição estatal da unicidade sindical, as tentativas para censurar os «telex» dos jornalistas estrangeiros, a escalada nos meios de Informação, a obstrução à participação do P.S. na jornada do 1.º de Maio e

por último o amordaçar do jornal «República», criaram na Europa uma espécie de estupefação generalizada. É evidente que as forças reacçãoárias só têm a lucrar com estas medidas de prepotência, e aproveitam a impetividade que tais actos revelam, para os explorar a seu bel-prazer. De uma maneira geral as forças europeias de esquerda têm tomado a sua distância perante os exageros da linha aventureirista responsável por tais actos.

Não é segredo para ninguém que o P.C.I. e o P.C.E. têm emitido fortes reservas perante tais usos que atrasam consideravelmente a luta das massas populares europeias.

No que diz respeito à França posso agora testemunhar que também assim é. A opinião pública comoveu-se fortemente com o «caso República» e, de certa maneira, suspende o seu juízo definitivo aguardando a resolução final do conflito.»

Há um ponto a tornar claro nesta incrível pendência suscitada pelas causas que determinam o encerramento do República. Algam os «trabalhadores» (como se os restantes assalariados da Redacção também o não fossem) que o jornal tinha uma determinada tendência política. Perguntamos: acaso não será «outra tendência» que está na origem da vigilância que os ditos trabalhadores querem exercer sobre a orientação do jornal? Sabemos que sim. E o pior é que essa vigilância tem um carácter que se estende a toda a Imprensa na posse do Estado. Nada de máscaras portantes. O que se pretende é fazer

Uma opção

Não somos contra os partidos e organizações políticas que actualmente pretendem dar o seu contributo para a construção de uma nova sociedade. O nosso objectivo será ouvir as vozes de todos, se bem que a maioria deles não tenham as páginas dos jornais para exprimirem os seus pontos de vista, sem que estejam sujeitos a censuras e distorções que têm sempre finalidades concretas.

Efectivamente a liberdade de expressão do pensamento não deverá ter barreiras — pois quem usufrui destas realidades é o povo, sendo nós jornalistas meros veículos de transmissões de ideias — excepção feita, quanto a nós, às correntes fascizantes que desde há muito nos acorrentaram, embora ainda continuem a difundir teorias condenadas e retrógradas.

Pensamos, portanto, que só num meio de difusão livre e independente onde o sectarismo partidário não se imponha aos reais interesses dos leitores, é que este objectivo se pode alcançar. Sem um pluralismo salutar, a Revolução não avança.

Julgamos que o nosso jornal tem um contributo importante a dar. A actual luta com que o jornal se debate, sendo delicada não é passível de controvérsia. Depois das reflexões feitas, será possível fazer um jornal ainda melhor. Assim esperamos.

Também a nossa missão de informar o público será porventura ainda mais árdua, mas estamos confiantes de que o nosso objectivo será alcançado.

Por isso, estamos deste lado — lado em que nos empenhamos para prosseguir no caminho que deverá ser a linha de rumo de qualquer trabalhador da imprensa: a imparcialidade na informação.

Daí termos optado no momento decisivo, convencidos da autenticidade do pluralismo que deve ser a norma de uma imprensa livre e democrática.

V. F.

Coerência

A imprensa diária continua a fazer-se eco dos apoios «cada vez maiores» que chegam aos trabalhadores dissidentes do jornal «República».

Os nossos camaradas, que se têm mostrado, em todo este processo, tão preocupados com a «linha partidária» da «República», bem podiam agora revelar a sua própria insenção e objectividade — e mais, a sua competência profissional. Assim:

a) Publicavam, também, os apoios que, aos trabalhadores da Redacção da «República», continuam a chegar, dia após dia, de todo o país e de muitos países do mundo;

b) Não se esqueciam, sistematicamente, de que nós — como eles, jornalistas de outros jornais, — somos também trabalhadores.

A coerência, camaradas, tem de ser praticada e vivida. Senão, é palavra vã — e demagógica.

A independência política e económica só não convém aos detentores das verdades únicas e providenciais

Num dos encontros efectuados entre representantes da «República» (administração, direcção e redacção) e delegados do Conselho Superior da Revolução, foi unanimemente admitido e incontra-versamente aceite que o jornal «O Século» estava ao serviço do Partido Comunista Português. E houve até um oficial que comentou estar «O Século» «estupidamente comunista».

Se não esquecermos — o que não podemos fazê-lo — que o jornal «O Século» se encontra sob administração do Estado e é, portanto, pago com o dinheiro do povo, temos, de um lado, um jornal partidário, abertamente («estupidamente») defensor das linhas políticas do Partido Comunista Português; e, do outro lado, um jornal pertencente a uma empresa particular, «República», que defende uma linha pluralista e

socialista, e se encontra ideologicamente identificado com o Partido Socialista, embora, e de modo nenhum, dele dependente. Ora, a verdade é que, enquanto o primeiro caso parece não incomodar muita gente — pelo menos gente em número suficiente para desencadear e alimentar o processo que culminou com o lamentável encerramento do velho jornal da Rua da Misericórdia.

A manipulação partidária que está a ser conduzida, com tão manifesto «vontade («estupidamente»), nas colunas de «O Século», está a ser igualmente orquestrada no «Diário de Notícias» e no «Diário de Lisboa», jornais que estão a ser também mantidos com o dinheiro do povo português. E aqui perguntamos: porque é que certas pessoas — e certos camaradas nossos — se mostram tão sensíveis àquilo

que chamam o **partidarismo da «República»** (e a que nós chamamos, e defendemos, uma **clara opção pluralista e socialista**), porque é que essas pessoas se mantêm surdas e impermeáveis ao partidarismo monocórdico e monolítico de «O Século», do «Diário de Notícias» e do «Diário de Lisboa»? Será que eles são «estupidamente» partidários e nós somos eficientemente partidários?... Ou será, mais razoavelmente e mais coerentemente, que lhes interessa, a essas pessoas sensíveis, o partidarismo de uns e lhes é altamente incomodativo o partidarismo da «República»?

Em todas as sociedades pluralistas — e refira-se, e repita-se, que o povo português já recusou qualquer espécie de regime totalitário, venha ele de que quadrante vier — os jornais caracterizam-se pela sua inequívoca

orientação ideológica. Quando se fala do «Mondé», do «Guardian» ou do «Frankfurt Allgemeine», os leitores sabem exactamente o tipo de jornal que são, as teorias que defendem, o lugar que ocupam na cena política contemporânea. E nenhum leitor lúcido, responsável e adulto escolhe comprar, ler e medir criticamente um jornal amorfo, indefinido, sem opções, que se limita a inscrever nas suas páginas as palavras dos outros, as atitudes dos outros, as omissões dos outros, sem sobre eles fazer uma análise e um comentário.

Qualquer jornalista português medianamente informado, sabe muito bem que: a) a informação deve ser objectiva; b) o comentário deve ser, tem de ser, subjectivo, logo político, logo intervencionista, logo pessoal, logo inevitavelmente partidário. O que não percebemos, o que não entendemos é está súbita dedicação, esta súbita vassalagem da Imprensa portuguesa a um tipo único de informação, sem comentários e sem opções, monocórdica e monolítica, recusando assumir uma linha x, y ou z e — o que é mais grave — recusando ao leitor maturidade para escolher o jornal, bem definido e bem caracterizado, que mais lhe interesse.

Então a Imprensa portuguesa não ficou farta, irremediavelmente farta, saudavelmente farta, incuravelmente farta da linha única, das verdades únicas, das interpretações únicas e indiscutíveis?

Então a Imprensa portuguesa já desistiu, antes mesmo de ter começado, de ser construtivamente polémica?

Nós queremos continuar a fazer uma «República» independente do poder (político ou económico), pluralista e socialista. E então?

Quem tem medo, agora, dessa «República»?

Muita gente - toda a gente quer conhecer a verdade



Leitores da «República» continuam empenhados numa actividade inesperada — a difusão de uma voz livre chamada «Jornal do Caso República». Muita gente, toda a gente, quer conhecer a verdade. E, para tanto, é preciso saber a razão de todos, sem rodeios, com clareza e insenção. O «Jornal do Caso República» procura corresponder a todos esses requisitos.

O mal e a caramunha

Segundo «A Capital» de 4 do corrente os «trabalhadores do jornal «República» decidiram, por unanimidade, continuar a sua luta contra a administração, a direcção e a chefia da redacção».

Recorda-se uma vez mais que, neste momento, há 30 trabalhadores solidários com a administração, direcção e chefia da redacção, que se consideram visados pela luta de que falam os «trabalhadores da República».

Estes ampliaram agora a lista dos «inimigos a abater» com o nome do administrador-delegado, a quem manifestamos também a nossa solidariedade. Acontece até que o administrador em questão já pagou os ordenados aos trabalhadores dissidentes, enquanto nós, redactores e outro pessoal da «República» trabalhando diariamente neste jornal, ainda não recebemos um centavo. E não nos queixamos...

«LE MONDE»

defende a Liberdade de Expressão em Portugal

Na sua célebre secção «Au jour le jour», o diário parisiense «Le Monde» do passado dia 24 de Maio publica, com a assinatura do conceituado articulista Bernard Chapuis, o seguinte comentário, intitulado «Garantias»:

«No tempo de Salazar, os trabalhadores portugueses não tinham o direito de greve, os socialistas e os comunistas não tinham o direito à liberdade e o exército só tinha direito a sustentar uma guerra colonial.

«Hoje, os partidos políticos têm o direito de exprimir-se, os trabalhadores o de fazer greve, e o MFA garante estes princípios.

«Mas a nova democracia portuguesa correia o risco de desaparecer tão depressa como chegou, se a liberdade de expressão entrasse em greve ao mesmo tempo que os trabalhadores, e se o MFA garantisse este direito ao silêncio».

MONOCÓRDICA E SERVIL...

Num comunicado em que se analisa a actual situação política do país, o Partido Popular Monárquico refere-se ao problema da Informação, nos seguintes termos:

«Nas costas do Povo, e apesar da sua vontade expressa, desenha-se uma pseudo-ditadura do proletariado com todos os seus defeitos e nenhuma das suas eventuais e controversas virtudes. A informação é hoje quase tão monocórdica e servil como no tempo do fascismo; a extinção da policia política é comandada e controlada, nas costas do Povo, por interesses inconfessados; qualquer possível política de emprego parece ser combatida; os recursos naturais são sacrificados em uma teatral e demagógico arremedo de reforma agrária; os valores comunitários autenticamente democráticos e naturais ao nosso Povo são menosprezados em favor, por exemplo, das tais assembleias destinadas a apoiar o MFA; o concretizar da democratização da vida sindical e local encontra constantes e habilidosos obstáculos...»

Tarifas dos C.T.T.

A imprensa da província parece destinada a passar por uma fase crítica, se não mesmo condenada à asfixia, caso não sejam revistas as tarifas postais de distribuição domiciliária recentemente anunciadas e que, no que diz respeito aos jornais, sofre um aumento da ordem dos 900 por cento.

Olhando os números objectivamente facilmente se chega à conclusão de que toda a imprensa regional diária, ou não terá que reformular toda a sua estrutura administrativa, de modo a poder enfrentar as dificuldades que inopinadamente se lhe põem com o aumento das tarifas.

Existem já jornais que deixaram de se publicar e outros que renunciaram aos assinantes que não estão dispostos a suportar o acréscimo das despesas. Ao próprio «O Século» as novas tarifas dos C.T.T. trazem um aumento de despesas da ordem dos 5 contos por dia, qualquer coisa como 150 contos por mês, ou seja 1.800 contos por ano. O que é demasiado «mesmo» que, como outros casos, seja o Povo a pagar...

As autoridades, entretanto, prometeram já rever o problema em ordem a encontrar uma solução satisfatória.

A OBSESSÃO PORTUGUESA

Os partidos comunistas europeus já não conseguem esconder as suas divergências. Nos seus encontros, o que os opõe são princípios. Mas, na verdade, eles só pensam no que se passa em Lisboa.

Portugal dividiu gravemente os partidos comunistas europeus. Apanhados de surpresa, desde o princípio do ano, pela aceleração do processo revolucionário naquele país, os partidos comunistas europeus apreciam de uma maneira muito contraditória o P.C.P. de Álvaro Cunhal. Estas divergências, apesar da tradição e da vontade «unitária» dos comunistas, surgem aliás, com grande evidência, na sua imprensa. Os correspondentes do «Unitá», do «Mundo Obrero», do «Humanité» e de outros jornais do P. C., embora apoiando-se, em Lisboa, na mesma fonte de informações — o partido de Cunhal, precisamente — não conseguem, nos seus artigos, encontrar um mínimo de linguagem comum. Esta semana, as «revelações» de Georges Séguy sobre os bastidores do caso «República» foram pura e simplesmente ignoradas — o que constitui uma desaprovação evidente — pela imprensa comunista ocidental. Em boa lógica, o «Humanité» deveria ter-se indignado, visto que, a dar-lhe crédito, os jornais «burgueses» que fizeram o mesmo, tornaram-se culpados de violação da liberdade de expressão.

Mas a polémica não se limita ao balanço dos acontecimentos portugueses. Entre Alvaro Cunhal e Santiago Carrillo, «leaders» do comunismo ibérico, as coisas não correm bem desde há um ano já, e nenhum deles procura sequer salvar as aparências. Segundo o P.C.P., o Partido espanhol, demasiado solidário com Mário Soares, «faria bem em aderir à II Internacional»; segundo o P. C. E., em contrapartida, o Partido português não é mais do que um fantasma da época estalinista, que compromete, pelo seu comportamento «à maneira antiga», as oportunidades do socialismo na Europa ocidental.

As relações entre Georges Marchais e Enrico Berlinguer não atingiram um grau de tensão comparável, mas encontram-se, mesmo assim, sob o choque português, singularmente deterioradas. Enrico Berlinguer, ainda que

seja, de longe, o «leader» do P. C. mais forte do mundo ocidental, não foi sequer convidado a ir a Lisboa; Georges Marchais, pelo contrário, esteve lá, e foi o primeiro a ser recebido pelos seus camaradas portugueses. Berlinguer, desde a batalha do P.C.P. pela introdução de um sindicato único garantido pela lei, e, muito recentemente, a propósito do caso «República», tem tomado sistematicamente posições críticas severas contra estas iniciativas; Marchais aprovou-as de forma não menos sistemática e até acusou Berlinguer — mais abertamente que o próprio Cunhal — de uma inadmissível ingerência nos assuntos do Partido português. E o incidente não está encerrado, pois os comunistas italianos, actualmente, não fazem cerimónia em voltar contra Georges Marchais as suas próprias acusações, censurando-o por se ter imiscuído abusivamente na política interior do P. C. I.

TRADUÇÃO DO RUSSO ANTIGO

Tudo isto semeia muita confusão no interior de cada um dos Partidos. Os comunistas italianos e espanhóis, por exemplo, estão longe de partilhar os sentimentos dos seus «leaders» que lhes parecem inspirados sobretudo por considerações táticas «egoístas», mais do que por uma preocupação de solidariedade com os revolucionários de Portugal. Mas não é raro, em Lisboa, encontrar militantes e quadros do P. C. F. que, impressionados com sectarismos dos camaradas portugueses, não compreendem a atitude dos seus dirigentes, «mais cunhalistas que Cunhal». Uns e outros deploram a parcialidade das análises que os seus respectivos partidos fazem da situação portuguesa, que não se reduz apenas à disputa — importante, é certo — entre Cunhal e Soares.

No Leste, não se fala, no entanto, senão nesta disputa. Desde o princípio de Maio, a «Pravda» abriu, por duas vezes, as suas colunas a Alvaro Cunhal, o que é um

favor sem precedentes, mesmo para o secretário-geral de um P.C. tão apreciado pela U.R.S.S.. Pelo contrário, a «Scintea» de Bucareste e «Borba» de Belgrado não solicitam entrevistas a Cunhal — ou não conseguem obtê-las — e citam de preferência as declarações de Mário Soares. A imprensa polaca e húngara, não querendo comprometer-se, consagra menos espaço aos acontecimentos em Portugal e abstém-se de fazer comentários demasiado favoráveis ao Partido Socialista.

Nestas condições, para melhor afinar os seus violinos, os P. C. deveriam inscrever prioritariamente o problema de Portugal na agenda de trabalhos das suas reuniões, destinadas a preparar uma próxima conferência dos partidos da Europa. Na prática, tudo se passa como se, contra toda a lógica, quisessem justamente evitar este assunto para apenas se enfrentarem sobre textos gerais, imprecisos, em relação aos quais não há razão para esperanças e apreensões, que são suscitadas a toda a esquerda pela evolução da situação portuguesa. Claro que, mesmo quando eles discutem sobre «estas outras coisas», não pensam menos em Portugal, esta pedra de toque das suas estratégias respectivas. E é por isso que a preparação da sua futura conferência, bem despoletada o ano passado, se revela hoje singularmente trabalhosa.

Conforme os acordos já concluídos, o P. C. da R.D.A. apresentou, em 8 de Abril, um documento muito elaborado, doutrinário e político, que os outros partidos deviam, em princípio, aprofundar antes de o discutir, com a solenidade habitual, durante a própria conferência.

Desde a primeira leitura, porém, vários P. C. manifestaram a sua viva inquietação, para não dizer a sua indignação. Foi o caso dos italianos, dos espanhóis, dos jugoslavos e dos romenos, isto é, quatro partidos que são os mais cépticos relativamente à justiça da linha actualmente seguida pelos seus camaradas portugueses. Os seus

protestos, com efeito, visam menos a atitude de Álvaro Cunhal do que as intenções da própria U.R.S.S.

«É um texto escrito em alemão, mas traduzido do russo antigo, da época do Gominform», diz laconicamente um dirigente italiano, conhecido pelo seu sentido de humor. «É um novo manual da história comunista dos últimos trinta anos, quase tão unilateral como o que foi redigido em 1938 pelo chefe genial da U.R.S.S. de então», declara, em tom mais grave, um responsável do P.C. espanhol. Quanto aos jugoslavos, deram a entender que, a conferência destinada a debater um tal documento, não lhes interessava por aí além.

Perante este quadro, os soviéticos propõem convocar urgentemente, a 12 de Maio, em Berlim Leste, uma «comissão de oito partidos», por assim dizer partitária, pois compreendia quatro P.C. «contestatários» e quatro «ortodoxos», (U.R.S.S., R.D. A., França e Dinamarca).

Um nota sobre esta reunião foi divulgada no «Monde» e fornece, também, ao «Humanité», ocasião para um vigoroso resumo: «O P. C. F. não está menos apegado à sua independência do que a Liga dos Comunistas da Jugoslávia ou o P.C. italiano, por exemplo... Do mesmo modo, o P. C. F. está muito ligado à ideia de que a coexistência pacífica não pode significar, em caso nenhum, o «stato quo» social e político... Os comunistas franceses querem apaixonadamente a paz, mas querem igualmente o socialismo. Está absolutamente excluído que se associem a documentos que semeiam a confusão a este respeito.»

Em que pé se encontra, no meio desta batalha de processos, o assunto de Portugal? O significado do primeiro texto, «traduzido do russo antigo», parece muito claro a este respeito: propondo de novo uma doutrina tradicionalista — e «dura» na aparência — os soviéticos enco-

Jornalistas italianos apoiam a luta dos redactores da «REPÚBLICA»

Se existissem dúvidas quanto à justeza da nossa causa, todas elas se dissipariam em face do número infindo de mensagens de solidariedade que temos recebido de todos os pontos do País e, o que é mais, de variados pontos do Globo. Os leitores que nos têm acompanhado desde o primeiro número sabem quão numerosas e quão significativas são essas mensagens de apoio, exprimindo todas elas um sentimento comum de aversão às manobras tendentes a coartar a liberdade que «República» sempre defendeu intransigentemente. Neste mesmo número damos conta de algumas dessas manifestações de solidariedade, mas queremos conferir relevo especial a aquela que acaba de nos chegar de Itália, assinada pelo presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Jornalistas Italianos, bem como pelo seu secretário, respecti-

vamente, Virgilio Lilli e Orlando Scarlata.

O expressivo texto do telegrama enviado de Roma, endereçado ao nosso director Raul Rego, reza assim: «Em nome colectivo do Conselho Nacional da Or-

dem dos Jornalistas Italianos exprimimos o sentimento da nossa viva e activa solidariedade na reafirmação do direito da liberdade de imprensa».

Se ainda restassem dúvidas...

Ao serviço de «República» com três direcções de lutadores e anti-fascistas

Quando Ribeiro de Carvalho, revolucionário do 5 de Outubro, que fora amigo de António José de Almeida, o fundador do «República», resolveu, em 1930, continuar a publicação do jornal, cometeu um acto de excepção heroica, tão difícil era já nessa altura, sair da

linha bajuladora seguida pelos órgãos de informação da época. Todos estes já apoiavam, com efeito, o regime fascista iniciado em 1926. Ribeiro de Carvalho popularizou-se entre as gentes democráticas do país, pela vibração que impunha às últimas palavras dos artigos de primeira página: «Viva a República!»

O Governo de Salazar «saneou-o» do seu lugar de estorvo político e foi Carvalho Duarte, secretário da redacção, homem íntegro e lutador de grande envergadura, até ao sacrifício, que tomou o leme da frágil nau em que todos havíamos embarcado para a guerra da Liberdade pela Liberdade. Sob a sua direcção sofreu

o jornal as maiores dificuldades materiais, chegando neste capítulo Carvalho Duarte, que possuía alguns haveres familiares, a gastá-los no pagamento de salários aos trabalhadores. Era um homem simples, de grande arcação moral, batalhador, a sonhar, de momento a momento, com uma democracia do povo e para o povo, camarada do seu camarada, camarada de todos os camaradas que lutavam por um futuro de justiça e liberdade. Não viu, afinal, o relâmpago que incendiou e destruiu o fascismo naquela inesquecível madrugada do 25 de Abril. E veio, então Raul Rego, companheiro de há muitos anos na fé revolucionária e na profissão es-

caidante da Imprensa, de que era e é operário sem medo, sem queixumes nem apregoadas glórias de quanto construiu e sofreu em favor da Libertação deste país. Saiu quase limpo, agora, do germen fascista mas que integra, também e ainda, espectaculares revolucionários que amanhã, por hipótese distante de uma reacção vencedora, não hesitariam — quem sabe? — sem negaças à Revolução e à batalha Socialista em que nos empenhamos.

Três dirigentes da «República», cada um no seu estilo — homens que sempre combateram, sem temor, o regime de repressão que todos sofremos.

A. A.

Há ou não há censura?

(Conclusão da 1.ª página)

não — é evidente, ilustra um desses «esquecimentos» que não podem deixar passar em claro.

BONN, 3 (FP) — O Chanceler Helmut Schmidt qualificou hoje como «não muito satisfatória» a conversação que teve, à margem da reunião «cimeira» da O.T.A.N. em Bruxelas, com o Primeiro Ministro português, Vasco Gonçalves.

Dirigindo-se ao grupo parlamentar social-democrata (S.P.D.), acrescentou que numerosos outros chefes de governo membros da O.T.A.N. não tinham «de modo algum» ficado favoravelmente impressionados com a exposição da situação política interna em Portugal. Segundo Schmidt, estes «insistiram» a favor da autorização da publicação do jornal «República». A afirmação do general Vasco Gonçalves, de que Portugal era o País mais livre do mundo — disse ainda o chanceler — não será convincente enquanto os jornais que não agradam ao regime forem proibidos.

A concluir, Schmidt disse que poderia prever-se em Portugal situações tais que poderiam pôr em questão a compatibilidade

de com a sua posição na Aliança Atlântica.

CITAÇÃO NA F. I. E. J.

O caso do jornal «República» foi citado na abertura do 28.º Congresso da Federação Internacional dos Editores de Jornais (F.I.E.J.), que decorre na cidade alemã de Hamburgo, quando o presidente da Federação, Claude Bellanger, se referiu às ameaças que podem pairar sobre os jornais ao nível da fabricação, da redacção e da difusão.

Bellanger sublinhou igualmente o perigo que corre a liberdade de imprensa devido às pressões exercidas por «monopólios sindicais».

Delegações de 26 países estão a debater no congresso de Hamburgo as dificuldades resultantes para a imprensa da crise económica mundial e os problemas postos pela concorrência dos novos meios de informação audiovisuais.

O presidente da Federação referiu-se ainda, no seu discurso de abertura, ao auxílio do Estado aos jornais para afirmar que ele «deve ser concedido sem contrapartida limitativa em matéria de liberdade».

(Conclusão da pág. 7)

rajavam a tática de Cunhal, que parece inspirada nos manuais da criação das democracias populares da Europa de Leste. Eles pareciam mesmo decididos a pôr, na balança, todo o peso do movimento comunista europeu para reforçar a posição do P.C.P. perante os militares e desencorajar estes últimos de toda a vezeleidade de fazerem «um socialismo por sua conta», sem Cunhal e os

seus amigos nos postos de comando.

Desta vez, no entanto, certos partidos reagiram com grande energia como para significar claramente que não aceitavam o «quadro português» dos soviéticos. Na sua opinião, com efeito, o P. C. de Álvaro Cunhal cometeu já demasiados erros — que ele recusa admitir e analisar — para merecer um apoio tão maciço. Para mais, estes partidos, conscientes da cumplicidade que existe

hoje entre a U.R.S.S. e os Estados Unidos, para manter o «statu quo» mundial, suspeitam que as duas super-potências queiram partilhar o velho império português e procurem transformar Portugal num pesadelo cuja simples constatação impediria todo o contágio de socialismo.

.....
.....

K. S. Karol
(Le Nouvel Observateur)

Telefone com ervilhas

A minha tia Guilhermina anda muito intrigada com os ruídos estranhos que lhe agridem o ouvido já duro, de cada vez que telefona para minha casa a saber como vai o caso da «República».

Um dia destes, tentei explicar-lhe e falei-lhe nas cavilhas. «Ervilhas?!», exclamou a tia. «Não, não. Cavilhas!», gritei eu para o vigiado bocal do meu pobre telefone. «E das antigas, tia, das antigas!», acrescentei.

A tia Guilhermina que, como sabem vai nos noventa e dois e coze sem óculos, desabafou: «Ervilhas, uma ova!»

Desisti.

Agora, sempre que a tia telefona, finjo ignorar as impertinentes companhias que se intrometem na linha. Para não ralar a pobre da velhota.

ALVARO GUERRA

«JORNAL DO CASO REPÚBLICA»

Proprietário: Gustavo Soromenho
Redacção e Administração: Rua da Emenda, 13-3. — Lisboa-2
Composto e Impresso na Empresa de Publicidade do Sul — Montijo.